

# CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NOÇÕES DE PRIMARIEDADE E INCOMPREENSIBILIDADE EM KARL JASPERS: IMPLICAÇÕES PARA O CONCEITO DE DELÍRIO

(Remarks on the notions of immediateness and un-understandability in Karl Jaspers: consequences for the concept of delusion)

**Adriano Carvalho Tupinambá Rodrigues**

Psiquiatra e Mestre em Ciências Médicas pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

**Resumo:** Para a psiquiatria e a psicopatologia, um dos fenômenos de maior centralidade teórica e importância clínica, o delírio, também é certamente um dos para os quais são mais evidentes as diferenças entre a definição oferecida pelos glossários das nosografias psiquiátricas modernas, e aquela propagada pela tradição psicopatológica de maior ascendência sobre a psiquiatria — a jasperiana. Tais distinções, ademais, influem expressivamente, tanto sobre os estudos empíricos, quanto sobre a consistência das formulações teóricas dirigidas ao fenômeno.

Neste trabalho, dentre as características empregadas para descrever e definir o delírio, dirigimos nossa atenção àquelas que distinguem suas definições dadas pelas nosografias oficiais e pela psicopatologia jasperiana, a saber, sua ‘primariedade’ e sua ‘incompreensibilidade’. Excluídas da definição de delírio ‘oficializada’ pela CID-10 e pelo DSM-IV, tais características foram apontadas por Karl Jaspers (1913) como essenciais ao fenômeno, em oposição a outras características que seriam apenas indícios de sua possível presença. Aqui, propomos que um exame cuidadoso dos significados das noções de ‘primariedade’ e ‘incompreensibilidade’ na psicopatologia jasperiana, tanto nos possibilita pôr *sub judice* o atual *status* psicopatológico do delírio como falso juízo, como também dissipar aparentes contradições sobre o que Jaspers haveria dito ser o fenômeno. Adicionalmente, ao tempo que uma avaliação rigorosa do emprego da noção de ‘incompreensibilidade’ expõe fragilidades de sua validade como critério identificatório para o delírio, sua análise à luz de aspectos do método histórico-compreensivo de Dilthey e da discussão wittgensteiniana da filosofia da linguagem lhe oferece nova legitimidade, ao melhor informar os limites para sua aplicação.

**Palavras-chave:** Delírio – Conceito de Delírio – Fenomenologia – Jaspers – Dilthey – Wittgenstein.

**Abstract:** For psychiatry and psychopathology, one of the theoretically most central and clinically most important phenomena, the delusion, is also certainly one in which it is more evident the existing differences between the definition offered by the glossaries of current psychiatric nosographies and that one put forward by the psychopathological tradition with wider influence over psychiatry — the Jaspersian phenomenology. Such distinctions, furthermore, strikingly influence the empirical studies as well the consistency of theories directed towards the phenomena.

In this paper, among the features employed to describe and define delusion, we focus on those which distinguish its definitions in the psychiatric nosography and in the Jaspersian psychopathology: its ‘immediateness’ and ‘un-understandability’. Although both them are absent in the ‘official’ definition of delusion given by ICD-10 and DSM-IV, they were pointed out by Karl Jaspers (1913) as essential to the phenomena, as opposed to some other features which would be mere indexes of the possibility of its presence. Here, we claim that a thorough examination of the meanings taken by the notions of ‘immediateness’ and ‘un-understandability’ in the Jaspersian psychopathology allow us to challenge the present psychopathological status of delusion as a false belief, as well as to water down some apparent contradictions between Jaspers’ many statements about the phenomena. Furthermore, whilst a careful analysis of the notion of ‘un-understandability’ poses doubts in regard to its validity as identificatory criterion of delusion, new legitimacy for it can emerge from some aspects of Dilthey’s historic-comprehensive method and from Wittgenstein’s discussions on philosophy of language.

**Keywords:** Delusion – Concept of Delusion – Phenomenology – Jaspers – Dilthey – Wittgenstein.

## Introdução

Se, por um lado, o delírio consiste em elemento central de diversas patologias

mentais, tendo ainda importante papel como manifestação acessória em outras tantas, por outro lado, a poucos fenômenos

psicopatológicos, se a algum, podemos atribuir importância teórica comparável à sua. Suas estreitas relações com a noção de psicose, e sua situação como um dos importantes sinalizadores da fronteira entre esta e as neuroses, de fato, já refletem a atribuição de uma qualidade especial e distintiva entre este e os demais fenômenos psicopatológicos como grupo. Reflexo da difundida atribuição desta qualidade especial ao fenômeno é que, historicamente, mais que qualquer outra expressão da vida psíquica anormal, a noção atualmente traduzida pelo termo delírio esteve tão estreitamente associada à noção ampla de insanidade, que, com efeito, por extenso período permaneceram amalgamadas sob único termo designador (Berrios 1996).

Embora as diversas definições dadas ao delírio, desde o século XVI, permitam registrar a existência de um cerne semântico — constituído pelas noções de ‘erro’ e ‘falsidade’, de um lado, e pelas noções de ‘juízo’, ‘pensamento’ e ‘razão’, de outro lado — consideráveis variações na extensão clínica do fenômeno ocorreram sob influência dos contextos filosóficos, científicos, e das teorias tentando compreendê-lo. Em direção a sua restrição extensional, e para a delimitação do delírio em relação às atuais noções de insanidade e alucinação, o intelectualismo do século XIX exerceu crucial papel, fornecendo o contexto para circunscrição das noções de ‘erro’, ‘falsidade’, ‘juízo’, e ‘pensamento’. Por evento deste, mesmo sendo bem estabelecidas as diferenças entre ‘crença’ e ‘conhecimento’ — a primeira com caráter subjetivo e apenas probabilístico, e o último com o caráter de saber científico e objetivo —, a força da caracterização de ambos como pertencentes à esfera dos processos inferenciais e racionais foi bem assimilada numa concepção mais restrita para a idéia de delírio. Falhas inferenciais e no processo de pensamento racional, portanto, passaram a determinar o sentido mais específico em que se diz ser o delírio um ‘juízo patologicamente falseado’.

### **Karl Jaspers e a Distinção Entre Delírios Verdadeiros e Idéias Deliróides**

No início do século XX, por fim, as características que até o presente descrevem o delírio, antes espargidas pela literatura, surgiram reunidas na ‘Semiologia’ de Chaslin (1912) e na ‘Psicopatologia Geral’ de Jaspers (1913). Além de sua ‘falsidade’ como juízo, o fenômeno se caracterizaria pela ‘convicção’ com que é sustentado, e por sua ‘incorrigibilidade’ diante da contra-argumentação lógica ou da demonstração de evidência do contrário. Ou seja, nesta oportunidade o delírio se consolidou como um falso juízo, fortemente acreditado por seu portador, e intensamente resistente aos fatores que imagináramos poder transformá-lo. Adicionalmente ao seu papel como mais importante difusor destas características do delírio, Jaspers teve relevância, talvez ainda maior, por haver firmado posição pelas características supracitadas serem comuns a dois sub-grupos de fenômenos de naturezas bastante diversas, até então inadequadamente reunidos sob a alcunha comum de ‘delírio’. Segundo Jaspers, enquanto estes dois tipos de fenômenos se apresentariam igualmente como idéias ‘falsas’, dotadas de ‘convicção’ e ‘incorrigíveis’, a suposta ‘primariedade’ e ‘incompreensibilidade’ de certos casos produziram uma importante distinção entre estes e os demais (Jaspers 2000; Walker 1991). A importância atribuída por Jaspers às noções de ‘primariedade’ e ‘incompreensibilidade’, convertida pelo mesmo em função conceitual, resultou na adoção de terminologia distinta para os casos, conforme neles estivessem presentes ou ausentes estas características. A partir de então, para Jaspers, aqueles casos em que tais características estivessem ausentes receberiam a denominação de ‘idéias deliróides’, ficando os termos ‘delírio’ ou ‘delírio verdadeiro’ reservados apenas para os casos em que o fenômeno fosse percebido como primário e incompreensível. A opção de conceder a tais

características o status de ponto fixo, em função do qual o conceito de delírio teria de ser re-determinado, é, evidentemente, um atestado da extrema importância que Jaspers atribuía às mesmas para o entendimento de ambos os grupos de fenômenos resultantes de sua implementação — razão pela qual o autor as tratou como ‘características essenciais’ do delírio. Como efeito complementar da nova ancoragem para o conceito de delírio, as características de falsidade, convicção e incorrigibilidade passariam apenas a sinalizar possíveis casos do fenômeno, não sendo mais que aspectos acessórios e superficiais do mesmo, e incapazes de caracterizá-lo senão grosseiramente. As ditas ‘idéias deliróides’, assim, não apresentando as características propostas pelo autor como essenciais aos delírios verdadeiros, seriam apenas simulacros psicopatológicos dos mesmos.

Embora tenha sido dominante na importante escola psiquiátrica de Heidelberg, continue difundida por importantes autores nos mais utilizados textos modernos de psicopatologia (Sims 1988; Dalgalarondo 2000; Nobre de Melo 1979), e permaneça figurando como tópico básico na formação psicopatológica do psiquiatra, tal distinção conceitual entre delírios verdadeiros e idéias deliróides não teve sua notabilidade psicopatológica acompanhada por relevância nosográfica. A alegada modesta importância de tal separação conceitual para a emissão do diagnóstico psiquiátrico, já que este é subdeterminado por sintomas específicos, associada à robusta confiabilidade da definição de delírio quando apenas os teoricamente menos carregados caracteres descritivos ‘superficiais’ são empregados, têm respaldado sua indistinção nas nosografias oficiais — nelas permanecendo amalgamadas as noções jasperianas de delírio verdadeiro e idéia deliróide (Winters e Neale 1983; Strauss e Bartko 1973; Kendall *et al.* 1968; APA 1994; OMS 1993).

Assim, embora não cheguem a ser negligenciadas, não surpreende nem a insuficiente atenção crítica da literatura psicopatológica e psiquiátrica quanto às distinções conceituais ora em questão, nem o menor cuidado nela dado aos critérios de ‘incompreensibilidade’ e ‘primariedade’, quando comparados às características ditas ‘superficiais’ por Jaspers (a falsidade, a convicção e a incorrigibilidade do delírio). É chamativo o fato de que, apesar de as difundirem, mesmo renomados autores parecem oferecer pouco realce a estas propriedades ‘essenciais’ do delírio, frente à relevância clínica e à preponderância conceitual atribuída a elas por Jaspers; sendo flagrante, também, o alinhamento destes mesmos autores à facilidade com que o próprio Jaspers utiliza aqueles caracteres ‘exteriores’ ou ‘superficiais’ com o propósito de rastrear casos de delírio (Walker 1991).

Em que pese a nosografia psiquiátrica atual não mantenha a separação entre delírios verdadeiros e idéias deliróides, podemos citar razões que justificam tanto as explorações sobre a mesma, quanto sobre as características empregadas como critérios para produzi-la. Em primeiro lugar, a despeito da complexidade teórica e da suposta maior dificuldade de emprego que acometem as características ‘essenciais’, quaisquer aprofundamentos em distinções descritivas ou genéticas, no mínimo, têm de ser considerados procedimentos potencialmente férteis, devendo ter sua validade teórica e impacto prático testados, quando quer que sejam propostos. Em segundo lugar, a alegação da reduzida importância desta distinção para fins de diagnóstico psiquiátrico nosológico pode ser relativizada pela advertência de que a mesma eventualmente superaria tal utilidade, favorecendo nossa compreensão teórica e clínica sobre o fenômeno, e assim se tornando crucial para intervenções que enfocam o sintoma em lugar da patologia. Por fim, se observarmos que mesmo em estudos em que a identificação de casos de delírio se utilizou de protótipos clínicos

baseados em características ‘superficiais’ resultaram em freqüente incerteza sobre certos casos serem delírios ou não, deve-se necessariamente avaliar se pelo menos alguns dos casos mantidos como possíveis delírios (apesar de não atenderem aos critérios superficiais) não se explicariam por vigorar intuitiva ou irrefletidamente o emprego de outros critérios. De fato, no estudo de Strauss (1969), em diversos dos casos utilizados como exemplos de duvidosa caracterização, é a oposição compreensibilidade vs. incompreensibilidade que parece estar em questão.

Com o propósito essencial de reduzir a referida lacuna, é que tais distinções e características intrinsecamente relacionadas são aqui criticamente abordadas. Em seqüência, o que aqui pretendemos realizar é: 1) uma apresentação dos significados e propriedades atribuídos por Jaspers para tais características criteriosais do delírio; 2) uma exploração sobre as restrições de seu emprego clínico e papel conceitual, simultaneamente a um exame dos novos e potencialmente mais legítimos limites de aplicação das mesmas, quando referidas a determinadas matrizes teóricas não evidentes como pano de fundo à psicopatologia jasperiana; e 3) postulações sobre possíveis implicações teóricas e clínicas da legitimação destas características como essenciais ao delírio. Além dos critérios de ‘primariedade’ e ‘incompreensibilidade’ apontarem a linha de clivagem conceitual entre a psicopatologia jasperiana e as nosografias psiquiátricas no que se refere ao delírio, acreditamos que as considerações que ora realizamos sobre os mesmos fundamentam nossa ulterior proposição de que a distinção clínica e a dissonância conceitual por eles propiciadas estão longe de serem irrelevantes, podendo ter crucial papel teórico e clínico. Estes efeitos, segundo o que entendemos, se revelam na possibilidade de que a legitimação destes critérios como elementos conceituais engendre um possível câmbio no status psicopatológico do delírio, mas também

iluminando o que de fato parece estar em jogo quando identificamos um caso de delírio. Propomos, ainda, que ao tempo em que uma análise cuidadosa pode apontar para as vicissitudes e as limitações do seu uso clínico, uma leitura dos mesmos à luz de aspectos do método histórico compreensivo de Dilthey e das reflexões wittgensteinianas sobre filosofia da linguagem pode prover um mais adequado espaço de aplicação para estes critérios, e portanto, nova legitimidade para os mesmos.

O propósito deste artigo, deve-se enfatizar, não é defender a distinção conceitual proposta por Jaspers em si mesma, nem tampouco simplesmente defender as características que disse serem essenciais ao ‘delírio verdadeiro’. Em vez disso, reconhecemos que seu valor ainda necessita ser determinado. Todavia, ao apontarmos suas limitações, e ao tentarmos detectar as condições que seriam necessárias para tornar suas propostas coerentes, acreditamos poder vislumbrar e refletir sobre as potencialmente frutíferas reconfigurações do significado e do status psicopatológico do delírio. Aqui, propomos que tais transformações ulteriores, encontrando correspondência na observação e intuição clínica de numerosos autores (e mesmo na do psiquiatra ordinário), em lugar de deverem ser tomadas por meras deformações do objeto visando assimilar as propostas de Jaspers, no mínimo necessitam considerações cuidadosas sobre sua validade e utilidade como ponto de partida para projetos investigativos.

### **As Características Essenciais do Delírio Segundo Jaspers**

Entender a importância do papel conceitual atribuído por Jaspers à primariedade e à incompreensibilidade, sem dúvida, só pode se dar pelo esclarecimento do que precisamente o autor queria dizer com tais termos. É a isto que nos dedicamos inicialmente.

Para Jaspers, a propriedade fundamental do delírio expressa pelo termo ‘prima-

riedade' consistiria no fato de ser um fenômeno 'direto', ou seja, não intermediado por qualquer processamento, reflexão ou elaboração. Para aquele autor, enquanto outros fenômenos psicológicos ou psicopatológicos decorreriam de um desenvolvimento ou uma reação, o delírio se daria sem qualquer mediação por disfunções específicas ou disposições psíquicas precedentes. Mas a primariedade de que ora falamos significa para Jaspers não apenas que idéias delirantes surgem de modo independente do todo das conexões psíquicas do doente. Mais que isto, significa que, ao menos para alguns casos, se poderia claramente distinguir entre a 'assertiva delirante' e o que chamou de "*vivência delirante primária*" (Jaspers 2000, p.120). Assim, pelo termo 'primariedade', o autor não se referia meramente à independência do conteúdo proposicional da 'idéia delirante' em relação aos conteúdos de quaisquer percepções, representações ou outras proposições. Tampouco se referia à idéia de que qualquer suposta experiência interior em espelho daquela proposição delirante fosse independente ou inderivável em relação às demais experiências ou disposições psíquicas (como uma primariedade ou inderivabilidade da forma/modalidade psicopatológica do delírio em relação a outras formas/modalidades psicológicas ou psicopatológicas). Em vez disso, Jaspers sobretudo chamava atenção para a existência de uma experiência própria do delírio; não se tratando meramente da experiência em espelho de um certo juízo ou conteúdo proposicional. Esta experiência, para Jaspers, também seria completamente impossível de ser entendida como produto de qualquer disposição psíquica anterior, sendo portanto 'primária'.

Para Jaspers e outros autores, tal "*vivência delirante primária*" consistiria em algo como um estranhamento à realidade perceptiva que, de toda maneira, não é sensorial. Para estes indivíduos tudo seria envolvido por uma atmosfera

imponderável e vivido com perplexidade. Trataria-se de experiência primariamente destituída de significação, impossível de se predicar, e que só tangencialmente aqui podemos descrever. A esta experiência, também nomeada 'trema' ou 'humor delirante', habitualmente vivida com angústia e apreensão, se juntaria uma significação obtida à semelhança de uma revelação. Daí emergiria uma proposição — então dita delirante — com formato superficial de um juízo, e de efeito relatado como tranqüilizador e estabilizador para o psiquismo desmoronante.

A noção de 'incompreensibilidade', por sua vez, estreitamente articulada à noção de primariedade ou imediatismo, é provavelmente a mais enaltecida propriedade 'essencial' do delírio. Trata-se, no entanto, de noção controvertida, cobrindo uma variedade de aspectos comumente interligados mas não equivalentes.

Uma primeira variedade de entendimento que se pode dar para o termo na obra de Jaspers, a designar-se 'incompreensibilidade empática', consistiria na ausência daquilo que Jaspers nomeou 'compreensão empática'. Para este autor, haveria um claro contraste entre a 'compreensão empática' e a mera 'empatia'. Esta última era entendida por Jaspers como um tipo de apreensão intuitiva e imediata da vivência do paciente, ocorrendo de modo irrefletido na relação entre este e o observador. Não decorrendo de procedimento conduzido consciente e voluntariamente, e não oferecendo adequada descrição e delimitação do fenômeno em questão, a empatia não poderia, segundo Jaspers, ser considerada conhecimento explícito. A 'compreensão empática', ao contrário, teria como ponto de partida a ancoragem dos conceitos dos fenômenos em certas características observadas, selecionadas e descritas. Só a partir do estabelecimento deste recorte seria dado o passo em direção a uma empatia. Esta segunda etapa ocorreria através da suposição de uma analogia entre a experiência do próprio observador e aquela

do paciente, quando há entre eles a interface de expressões e comportamentos semelhantes. Evidentemente, não se esperando que o observador já tenha padecido de todas as modalidades de sofrimento psíquico presentes em seus pacientes, a ‘compreensão empática’ se daria comumente mediante o artifício da ampliação, atenuação ou combinação de experiências ordinárias já experimentadas pelo examinador. Desta forma, a ‘compreensão empática’, sendo construída sobre os alicerces de descrições e delimitações supostamente objetivas das manifestações psíquicas do paciente, poderia ser tomada como uma expressão lingüística e cientificamente segura da empatia. Devendo se dirigir exclusivamente àquilo que realmente se apresenta à mente do paciente, e do modo que se apresenta; e desconsiderando qualquer teoria, sistema ou conexão entre o fenômeno observado e outros fenômenos psíquicos, Jaspers também a denominou ‘compreensão fenomenológica’ e/ou ‘compreensão estática’ (Jaspers 1968; Rodrigues 2005).

Assim, a incompreensibilidade de que ora falamos (incompreensibilidade empática) consiste não em uma ausência de explicação ou compreensão no sentido lógico ou psicológico, mas na simples incapacidade de conceber ou compartilhar da experiência do paciente, mesmo após adequada descrição de tudo que está à mostra ou nos é oferecido pelo mesmo. A sugestão de Jaspers de que o delírio não permite compreensão empática, então, retrata sua percepção de que a experiência do ‘delírio verdadeiro’ não pode ser alcançada ou vislumbrada pelo interlocutor, ao contrário do que é supostamente realizado quando um paciente apresenta estigmas de ansiedade ou depressão. Sem entrarmos em discussões sobre a inacessibilidade das ‘outras mentes’ em quaisquer circunstâncias que sejam, para Jaspers, é esta interioridade que não se deixa transparecer no delírio que o faz ‘incompreensível’ do ponto de vista empático.

Outro difundido significado dado ao termo ‘incompreensibilidade’, também intrinsecamente relacionado à idéia de sua ‘primariedade’, consiste na idéia de que enquanto a ‘primariedade’ se refere à inexistência de uma gênese para o delírio — quer no patamar dos conteúdos racionalizáveis, quer no patamar das formas/modalidades psicopatológicas — aqui nos reportamos a uma necessária consequência disto, a saber, o fato de ser o delírio uma ocorrência fugidia a qualquer tentativa de compreensão racional de seus conteúdos ou derivação psicológica a partir de outras disposições psíquicas no mesmo estrato. Trata-se de uma recusa a qualquer possibilidade de entendimento ‘dinâmico’, ou seja, de articulação entre o delírio e fenômenos que o precederiam, e em relação aos quais se poderia construir uma teoria para o mesmo. Tal modalidade de incompreensibilidade se dá pela falta daquilo que Jaspers (2000) nomeou “*compreensibilidade genética*”. Diz-se então que o delírio é “*geneticamente incompreensível*” (Walker 1991; Jaspers 2000).

#### **As Limitações e o Adequado Espaço de Aplicação das Propriedades Jasperianas Essenciais do Delírio**

Ao tempo em que, na literatura psiquiátrica, as características superficiais do delírio são alvos contumazes das ressalvas quanto a sua função de conceitualizar o fenômeno, o caso só parece ser diferente com relação às propriedades jasperianas ditas essenciais em razão de sua não oficialidade<sup>1</sup> conclamar menor escrutínio. É este exame que neste ponto nos propomos empreender, apontando simultaneamente o que acreditamos ser seu melhor espaço de aplicação. Para este último fim, embora na própria obra de Jaspers já encontremos indicações das mudanças de enfoque necessárias para a coerência de suas propostas, oportunamente também fazemos de certos aspectos do método histórico compreensivo de Dilthey, e de certas idéias wittgensteinianas no

campo da filosofia da linguagem, os contrapontos de nossa análise.

A observação que de início realizamos sobre o emprego da ‘primariedade’ como critério definidor e para identificação do delírio, e que nos poupará duplo trabalho, diz respeito a seu já exposto imbrincamento com a noção de ‘incompreensibilidade’ e sua dependência em relação a esta, tanto conceitualmente quanto em sua aplicação clínica. Propomos que, sendo a primariedade algo que só se pode inferir a partir da ausência de constatação de precursor causal, é na incapacidade de observação de relação geneticamente compreensível entre o delírio e fenômenos antecedentes que encontramos a sustentação para a idéia de primariedade. Como saber, de modo independente de uma suposta incompreensibilidade, se um fenômeno psíquico é primário? É só nesta não compreensão sobre como surgiu aquele fenômeno que acreditamos residir a idéia de primariedade. Nada cuja gênese não nos é dada a conhecer pode deixar de ser tido como ‘possivelmente’ primário. Assim é que efetuamos, a seguir, e a um só tempo, a crítica às limitações destas duas propriedades, utilizando a ‘incompreensibilidade’ como via de acesso.

Por seu turno, no que se refere à possibilidade de que a ‘incompreensibilidade empática’ proposta por Jaspers realmente caracterize o ‘delírio verdadeiro’, a crítica mais fácil e tentadora talvez seja dizer que, ao contrário disso, é sim possível empatizar e reconhecer a experiência do paciente que crê ser continuamente monitorado por câmeras e satélites. Muito provavelmente, a maioria dos indivíduos já sentiu coisa assemelhada (em menor intensidade e em circunstâncias menos inverossímeis) à experiência em espelho da afirmação de cunho persecutório deste paciente hipotético. Todavia, o mesmo poderia ser dito sobre uma série de assertivas delirantes, daí resultando que as experiências subjacentes ao delírio teriam tanta diversidade quanto seriam diversos os conteúdos de tais proposições. Assim, a

rigor, se insistimos em sustentar a possibilidade de uma compreensão empática do delírio, tentar fazê-lo utilizando o conteúdo proposicional como via de acesso não resulta em tomarmos conhecimento de qualquer qualidade de experiência comum aos casos. Nada que se pudesse chamar de ‘a experiência delirante em si mesma’ pode ser obtido quando dirigimos nossa atenção ao delírio como se este fosse uma proposição, ou como se sua melhor expressão fosse a assertiva delirante. Para cada conteúdo proposicional teríamos uma distinta qualidade de experiência em espelho. Observe-se, então, que a resposta a esta crítica fácil se dá não por via de uma demonstração de que a experiência subjacente é incompreensível, mas dizendo que, se cremos que o delírio é esta proposição e sua experiência em espelho, lá simplesmente não existe um invariante (uma ‘experiência delirante’ em si mesma) com que empatizar. Com isto, ao tentarmos contornar o falseamento da sugestão de Jaspers, estaríamos também lhe amputando o sentido. Se poderia questionar, neste caso, que sentido teria a afirmação de Jaspers, se ele próprio entendesse o delírio como um juízo patologicamente falseado. Por que falaria em incompreensibilidade empática, se a única experiência que se poderia parear a tal falso juízo, comunicado em proposição, seria uma experiência em espelho e facilmente imaginada pelo interlocutor? A resposta para isso, e que daria não apenas sentido, mas também possível verdade à proposta de uma ‘incompreensibilidade empática’ para o delírio, é que, para Jaspers, o delírio não é nem a assertiva delirante, nem qualquer falso juízo que a produziria. Para Jaspers, a natureza do delírio seria não a de uma proposição ou de um juízo, mas de uma experiência. Aquilo que chamou de ‘vivência delirante primária’ não seria apenas uma especulada origem para o delírio, mas o delírio em si mesmo. De fato, uma leitura mais cuidadosa de Jaspers desfaz a impressão mais comum de que, para o autor, assim

como para tantos outros, o delírio seria um juízo patologicamente falseado ou sua comunicação numa proposição. Embora afirme que “o delírio se comunica em juízos”, que “só onde se pensa e se julga pode nascer um delírio”, e que “chamam-se idéias delirantes os juízos patologicamente falsos” (Jaspers 2000, p.118), Jaspers não parece se comprometer quanto à natureza psicológica do delírio corresponder à de um juízo. Mais parece, simplesmente, querer dizer que o delírio se exterioriza como um juízo, e no ponto exato do discurso em que se emitiria um. O autor parece claro quanto a sua escolha quando afirma “não ser o delírio distúrbio, propriamente, do rendimento, e sim, originar-se de uma profundidade que aparece nos juízos delirantes, mas que não tem, em si mesma, caráter de juízo” (Jaspers, 2000, p.235). Ainda segundo suas próprias palavras, a idéia delirante se trataria de “uma formulação do juízo comum” (Jaspers 2000, p.119). Tudo isto nos obriga a entender que a concepção jasperiana é de que o fato mórbido central no delírio não é o que se comunica nas idéias delirantes, mas experiência em que jazem. “Fenomenologicamente, o que se apresenta no delírio é uma vivência”, afirma o autor (Jaspers 2000, p.236). É esta vivência, já citada anteriormente e descrita como um estranhamento à realidade percebida (chamada de *trema* ou humor delirante) — e que em vez de secundária a um determinado juízo, é ela mesma o elemento primário —, que Jaspers entendia ser o fato mórbido do delírio verdadeiro, e ao que atribuiu ‘incompreensibilidade empática’. Sendo esta experiência ‘assumida’ como completamente nova, se deveria supô-la também como evasiva à natureza empática da fenomenologia jasperiana. Calcado na analogia entre experiências do examinador e do doente, o método jasperiano de compreensão empática seria presumidamente incapaz de apreender o delírio, posto que, para o autor, a ‘vivência delirante primária’ se trataria de fenômeno

incomparável e desprovido de referências na vida mental do examinador.

Ainda no que se refere à noção de ‘incompreensibilidade’, outra crucial limitação aos seus papéis de conceitualização e de segura identificação dos casos de delírio jasperiano (delírio verdadeiro) diz respeito à grande variabilidade do que contaria como ‘geneticamente incompreensível’. Refe-rimo-nos, portanto, à dificuldade de se definir o que poderia ser tido como compreensão genética, também chamada por Jaspers de explicação psicológica. Onde deveriam ser assentados e qual a natureza dos limites entre a compreensibilidade e a incompreensibilidade genética? Ou seja, que tipos de mecanismos ou métodos poderiam ser tomados como propiciadores de uma compreensão nesses termos? Não raramente, por exemplo, um caso sem qualquer dúvida tomado como delírio verdadeiro por um psiquiatra — e portanto ‘incompreensível’ para o mesmo — pode, por um examinador habituado a outras técnicas interpretativas, ser entendido como ‘compreensível’.<sup>2</sup> Em que pese o próprio Jaspers (2000) tenha tentado estabelecer estes limites, atribuindo diferente valor heurístico aos métodos compreensivos cujas descrições e inferências supostamente se apoiariam em elementos tangíveis e àqueles que sugeria se fundamentarem em construções completamente interiores ao círculo hermenêutico (tratando este últimos como ‘métodos interpretativos’, e fazendo da psicanálise o exemplo citado), se poderia facilmente argumentar que mesmo se tal distinção tiver pertinência, é, pelo menos, menos segura do que aparenta.

Aqui, propomos que breves considerações sobre os propósitos e constituição da psicopatologia jasperiana, bem como sobre a filiação de suas idéias às de Dilthey,<sup>3</sup> ajudam a entender os limites escolhidos por Jaspers para o que deveria contar como ‘compreensibilidade genética’ (explicação psicológica).

Inserida no contexto geral do *Methodenstreit*, a concepção do modelo

jasperiano de psicopatologia aspirava pela conciliação da segurança e verificabilidade dos métodos presumidamente objetivos, com a preservação da centralidade do elemento psíquico nos estudos em psicopatologia. A resposta de Jaspers à tensão existente entre os métodos ‘causalista-explicativos’ e ‘histórico-compreensivos’ foi, com sua fenomenologia, a sugestão do emprego apenas de ‘elementos observáveis’ para a delimitação dos fenômenos psíquicos, que só em seguida seriam abordados empaticamente. Observe-se que sua recusa em empregar, para tal descrição, sistemas ou construtos de naturezas mais ostensivamente teóricas, consiste em ponto vulnerável às críticas daqueles que imaginam se tratar de um posicionamento ontológico realista de Jaspers. Isto é, aceitando-se que os ‘elementos observáveis’ valorizados por Jaspers têm ontologia tão dependente dos sujeitos quanto aqueles de natureza teórica, seria lícito cogitar a esterilidade do projeto jasperiano. É precisamente neste ponto, que entendemos que a hermenêutica de Dilthey (1977b) deixa de constituir mera inspiração para a psicopatologia compreensiva de Jaspers, para também assumir o papel de fonte das idéias que ditam o melhor significado e legitimam a atitude descritiva e pré-teórica de sua fenomenologia, demonstrando os limites ou condições de emprego da ‘compreensão’.

O argumento que aqui apresentamos é que a opção de Jaspers pelo emprego de elementos ‘observáveis’ ou ‘objetivos’ encontra sua justificativa na medida em que se tratam de itens que participam, de maneira mais ordinária, da modalidade de existência social em que se insere o indivíduo observado. Não é numa suposição de que estes itens dispõem de uma ‘realidade’ independente dos sujeitos, que cremos ganhar sentido a escolha de Jaspers, mas sim no fato de que apenas certa medida de consensualidade sobre a atribuição de significado a tais elementos — garantida pelo compartilhamento daquela forma de vida — pode assegurar a

analogia como via para a atualização da experiência subjetiva de outrem. Tratando-se de elementos mais ostensivamente presentes e participantes daquele meio social e lingüístico, com significados intersubjetivamente menos oscilantes e formulados com menores vieses pessoais, uma interface mais confiável entre os psiquismos dos dois indivíduos estaria disponível, e o princípio analógico para a compreensão empática ganharia bases mais sólidas. Disso resultaria, naturalmente, que também o estabelecimento das conexões compreensíveis entre os elementos particulares seria realizado com maior nível de confiabilidade.<sup>4</sup>

O que propomos, então, é que a compreensibilidade (tanto empática como genética), recaindo de modo último sobre a empatia e sobre o recurso analógico em que a mesma se fundamenta, depende essencialmente do compartilhamento da atribuição coletiva de significados, do sistema de valores, e dos modos de interação social; ou seja, de matrizes social e lingüística comuns ao observador e ao indivíduo observado. Não obstante, o argumento que aqui demonstramos legitimar a opção da fenomenologia jasperiana pela descrição objetiva é também o que impõe os limites ou condições de validade da aplicação da ‘compreensão’. Com isso, estamos sugerindo que a despeito de grande grau de superposição entre as matrizes cultural e lingüística dos indivíduos — em medida que é proporcional à concordância de suas inserções sociais — há sempre certa medida de discordância intersubjetiva. O raciocínio que ora desenvolvemos não é uma tradução apenas daquelas situações mais explicitamente dependentes da cultura, como a religiosidade, crenças metafísicas, ideologias, etc. Decididamente, na literatura psiquiátrica sobre o delírio, temas como estes últimos já são tratados com a devida reserva. O ponto que aqui levantamos, todavia, nos parece ter maior amplitude; nos referimos às variações semânticas aparentemente sutis, mas que

necessariamente repercutem em toda a arquitetura das conexões psíquicas. Ainda, nos referimos à maneira como inscrições sociais, mesmo apenas discretamente diferentes, implicam em referenciais conceituais distintos e, por isso, também em aparentes distinções sintáticas entre os psiquismos de diferentes indivíduos. Assim, o esforço para a detecção da compreensibilidade ou incompreensibilidade de uma assertiva é, sobretudo, uma tarefa que inclui a definição dos referenciais semânticos e suas articulações, através dos quais aquele indivíduo em particular se inscreve no mundo.

À luz desta dependência lingüística do ato compreensivo é que a distinção entre o que é ‘compreensão’ ou apenas ‘interpretação’ se torna menos segura que o habitualmente presumido. A comum atribuição de um menor poder heurístico ao caráter interpretativo da psicanálise, por exemplo, merece reavaliação, podendo ser o caso de que seus dispositivos conceituais e modo de leitura da vida psíquica correspondam de modo tão aproximado ao modo de determinados indivíduos se inserirem na linguagem, que, para estes indivíduos, a psicanálise seria o método compreensivo por excelência. O inverso também pode ser suspeitado, isto é, que a utilização de uma matriz psicológica popular talvez imponha, sobre alguns indivíduos, recortes conceituais que absolutamente não fazem parte de seus sistemas lingüísticos, não caracterizando método ‘compreensivo’ (nos termos jasperianos) portanto.

Parece-nos pertinente, e muito interessante, a observação sobre como o mesmo argumento que respalda a opção de Jaspers pelo direcionamento aos elementos objetivos também relativiza esta preferência, e condiciona-a ao fato de que o indivíduo observado seja, do ponto de vista da linguagem, um representante aproximado do ‘homem comum’ de determinado grupo. A própria crítica epistemológica de Jaspers à psicanálise — assim como o seria se sua crítica fosse a

qualquer outra modalidade de ‘leitura’ — deveria ser então contingenciada.

Finalmente, é importante ter em mente que, se por um lado a compreensão sobre o psiquismo de um determinado indivíduo estaria contingenciada ao entendimento do seu conjunto pessoal de significados atribuídos, e por outro lado a escolha de Jaspers pelo uso de recortes mais objetivos e consensuais dos fatos parece distanciar-nos disso (na medida em que direciona aos significados do hipotético homem comum), isto se explica pelo fato do inconcluso projeto jasperiano ter sido o de constituição de uma teoria psicopatológica. Conhecedor das dificuldades que qualquer teoria psicopatológica geral teria para representar a totalidade das configurações psicopatológicas dos casos específicos, Jaspers votava pela necessidade de modelos ou métodos diversos para estudar o psiquismo. Os limites que ora tentamos definir para o papel e para a aplicabilidade da compreensão na psicopatologia jasperiana — segundo os quais a opção feita por referenciais ‘objetivos’ parece melhor adaptada ao estabelecimento de um modelo geral de compreensão psicológica, que ao entendimento do psiquismo de indivíduos específicos — também parece muito mais coerente com suas afirmações céticas sobre a possibilidade de compreender de maneira definitiva o psiquismo de outrem.

#### **A Inespecificidade e a Provisoriedade da Incompreensibilidade**

Ao tempo em que suas condições de utilização não podem ser invariáveis, e em que uma referência fixa para o julgamento do que seria incompreensível não é adequada para todos os casos, tampouco é sem ressalvas à sua inespecificidade que pode ser aceito como critério identificatório ou característica conceitual do delírio. O leitor avisado ou dotado de experiência clínica deverá haver rapidamente se questionado sobre a especificidade desta característica sugerida como central no fenômeno. De fato, tal ponto já foi

devidamente observado na literatura, com variados autores argumentando que mesmo no caso das desordens ditas neuróticas haveria um ponto determinado em que os pacientes revelariam associações incompreensíveis (Ebmeier 1987; Silvern 1990). A própria idéia de neurose, afinal, se fundamenta no rompimento do sentido entre experiências e comportamentos, ou seja, em sua incompreensibilidade. Se, tanto quanto se propõe fazer com os delírios, evitarmos as interpretações de *expertise* para casos de ataques de pânico, fenômenos dissociativos e pensamentos obsessivos, quanto nos restará de compreensível nos mesmos? O que há de compreensível na afirmação de um paciente que — ainda que com o reconhecimento da absurdidade e a invasividade característicos de obsessões — diz temer que alguém de sua família adoeça caso venha ter qualquer relação de intimidade com pessoas do sexo oposto? E naquele caso de transtorno dissociativo de identidade, em que uma paciente diz que seu corpo é compartilhado entre sua própria identidade psicológica e uma outra identidade psicológica, e que intermitentemente é esta identidade alternativa que se manifesta em lugar de sua identidade psicológica original? Em que medida este seria realmente empático ou geneticamente compreensível, se empregássemos apenas o método jasperiano, visto que este rejeita o apoio de qualquer dispositivo ou teoria exterior ao vivido ou concebido pelo paciente (como é o caso com as noções de defesa e inconsciente)? Pela via inversa, o mesmo método interpretativo, e as mesmas teorias e dispositivos conceituais que podem tornar estes casos compreensíveis também fariam o mesmo com muitos daqueles que nomeamos como ‘delírios verdadeiros’. De fato, tão estranhos são alguns casos destes sintomas (ex.: obsessivos e dissociativos), e tão questionável parece ser a possibilidade de compreendê-los pelos métodos preconizados por Jaspers, que não são de admirar os registros de entrecruzamentos entre sintomas psicóticos e obsessivo-

compulsivos, bem como entre diagnósticos de esquizofrenia e transtornos dissociativos — sendo paradigmático o exemplo do transtorno dissociativo de identidade (Eisen e Rasmussen 1993; Kozak e Foa 1994; Klufft 1987; Bliss 1980).

Tendo em mente que a susceptibilidade aos variados métodos compreensivos muitas vezes é comparável entre os delírios verdadeiros e sintomas neuróticos, e que o ato compreensivo empático preconizado por Jaspers é decididamente dependente das referências semânticas do indivíduo e seu meio, há que se questionar sobre a estabilidade da incompreensibilidade atribuída ao delírio. Aqui não nos referimos ao fato de que aquilo que um psiquiatra chamaria de delírio verdadeiro poderia ser chamado por outro de idéia deliróide; nem tampouco nos referimos ao fato de que o mesmo sintoma considerado como um delírio verdadeiro para um paciente, seria considerado uma idéia deliróide em outro. Referimo-nos à possibilidade de que a assimilação de uma determinada teoria psicológica pelo meio social possa, no longo prazo, ser tão completa, a ponto de passar a participar do modo dos indivíduos se compreenderem a si mesmos e uns aos outros, assim devendo passar a participar como referencial para a implementação da atitude compreensiva empática como preconizada por Jaspers. Determinadas noções nelas presentes passariam a tomar tamanha objetividade e consensualidade, que se equiparariam à objetividade que presentemente atribuímos à verificação da repetitividade de um ato compulsivo. Atento a isto, o eminente psicopatólogo e historiador da psicopatologia, German Berrios (1991), considera a possibilidade de que a incompreensibilidade seja mero artefato dependente do precário estado de desenvolvimento teórico do campo da psicopatologia, julgando que esta pode ser uma condição provisória e dirimível por avanços teóricos oportunos. Berrios questiona o valor criterial da incompreensibilidade para a psicopatologia, mas também, sobretudo, a estabilidade do

conceito. Se for realmente este o caso, sem nos posicionarmos em favor de isto oportunamente dever mudar o conceito de delírio verdadeiro para excluir o critério de incompreensibilidade, ou em favor de que o conceito deveria permanecer estável e apenas os limites clínicos é que deveriam ser deslocados (ou seja, continuariam sendo delírio verdadeiro apenas os casos deixados de fora da nova compreensão social), temos nossa atenção novamente chamada pela grande relatividade desta característica no que diz respeito a sua função de conceitualizar e facultar a identificação dos casos de delírio.

Nas observações de Heinimaa (2003), acreditamos encontrar uma sutil mas poderosa síntese explicativa para a relatividade e a instabilidade que observamos para esta característica atribuída por Jaspers ao delírio. Heinimaa defende a perspectiva fregeana/wittgensteiniana de que a noção de incompreensibilidade seria dotada de 'negatividade'. Dizer que algo é incompreensível equivaleria a reconhecer apenas que não seria possível atribuir-lhe qualquer característica ou predicado. Tratar-se-ia, antes, de uma exclusão do espaço lógico da linguagem, uma indicação dos limites daquilo que conseguimos formular. Para Heinimaa, a *incompreensibilidade* não consiste de modo 'positivo' em uma característica do delírio, exatamente por ser o que demarca sua inserção no espaço da linguagem. Não se trata de uma peculiaridade ou descritor do fenômeno delirante, mas de nossa relação com o mesmo.

Uma importante conseqüência deste modo de formular a incompreensibilidade seria que, não havendo determinação sobre a que isto corresponderia, se abriria a possibilidade de que diferentes elementos tacitamente reconhecidos estejam por trás desta incapacidade de nossa linguagem comportar o que se observa no paciente. Outros aspectos desta interação, além da inverossimilhança dos conteúdos proposicionais, também assim deveriam se tornar

alvos de investigações sobre o porquê de alguns casos que chamamos de delírios (os delírios verdadeiros de Jaspers) serem tão estranhos e difíceis de se entender. De fato, isto inclusive exigiria diferentes modelos investigativos, em que comportamentos e emoções necessitariam ser simultaneamente considerados quando nos referimos à identificação de casos de delírio, evitando-se concepções fragmentárias para os fenômenos psicopatológicos.

### Considerações Finais

À parte a necessidade de determinação de seus possíveis frutos, a introdução da primariedade e da incompreensibilidade como características essenciais do delírio parece oferecer ponto de apoio para modificações expressivas no modo de concebermos o fenômeno. Adicionalmente, tanto estas novas referências conceituais, como também sua fundamentação social e lingüística, parecem promover uma importante aproximação do novo conceito de delírio e suas condições de validade, com o que realmente aparenta estar em jogo no processo clínico intuitivo de identificação deste fenômeno.

De acordo com o que propusemos, o máximo de coerência para as proposições de Jaspers sobre o delírio exige tanto que se assuma que o fato mórbido central ao delírio seja uma 'experiência delirante' (em lugar de uma falsa proposição resultante de uma deformação no pensamento), bem como que se aceite a dependência semântica do ato compreensivo. Conquanto uma leitura descontextualizada da metodologia proposta por Jaspers possa fazer parecer que sua escolha por referenciais objetivos como veículo da compreensão empática constituía uma inocente tentativa de escapar da subjetividade do ato compreensivo, almejando uma cientificidade em moldes naturalistas a um objeto para o qual esta não é cabível, acreditamos haver razões para se supor que Jaspers não apenas tinha consciência das limitações de sua escolha,

como também a fez de modo deliberado para atendimento a propósitos específicos. As amplamente reconhecidas influências de Dilthey sobre os trabalhos de Jaspers, por exemplo, no mínimo exigem consideração à possibilidade de que sua escolha por recortes ‘objetivos’ para os fenômenos psicopatológicos não tenha resultado de qualquer suposição de independência dos mesmos em relação ao observador. Faz sentido pensar, em lugar disso, que atribuir a tais recortes ‘objetivos’ a capacidade de facultarem registros mais confiáveis, se deveu ao fato de ter entendido se tratarem de elementos de significados mais consensuais, haja vista sua presença mais ostensiva na vida de relação, num contexto social específico. Ao mesmo tempo, esta plausível atribuição de uma generalidade social tanto para o que contaria como fato, quanto para seu significado, também se alinha à idéia de que, à época do lançamento de “Psicopatologia Geral”, o mais importante projeto jasperiano era o de formulação de uma matriz teórica para a psicopatologia. De fato, seu próprio ceticismo sobre a possibilidade de compreender de modo último o outro indivíduo, ganha mais coerência com o limitado alcance dado à compreensão, quando se emprega recortes psicopatológicos mais adaptados ao homem médio que àquele caso específico sobre o qual nos debruçamos clinicamente.

Ainda, a relatividade que ganha a ‘incompreensibilidade’ quando a referimos à variabilidade das inscrições sociais e lingüísticas dos indivíduos, também convida a novos entendimentos sobre em que ela própria consistiria. A exemplo disto, a negatividade da noção wittgensteiniana de incompreensibilidade chama nossa atenção para o fato deste termo, que nada positivamente informaria, talvez apenas nos sinalize a existência de uma variedade de elementos ainda indeterminados na constituição da estranheza testemunhada naqueles casos chamados de delírios verdadeiros. Uma diversidade de elementos do

comportamento e dos afetos do indivíduo dito delirante, prototipicamente agrupados na vigência do ‘trema’, ou incompletamente expressos nos casos em que o maior realce é à proposição delirante, poderiam estar tácita mas significativamente contribuindo para a decisão sobre que caso é incompreensível e, portanto, um delírio verdadeiro. Talvez sejam reflexo disso as comuns afirmações dos psicopatólogos mais experientes sobre a existência de um ‘jeito psicótico’ de determinados pacientes. Considerar a incompreensibilidade como possível produto de certa incongruência ou descompasso entre itens como o comportamento verbal, expressão facial, estado afetivo e discurso, parece reconciliar o *expertise* e a intuição psicopatológicas com uma visão sofisticada do papel dos conceitos e do processo diagnóstico em psiquiatria. Ainda, nos chama atenção para a artificialidade da fragmentação do psiquismo em diversas rubricas, mesmo com finalidade conceitual e de identificação de seus fenômenos.

A construção do delírio verdadeiro como objeto multifacetado, e de suas definições como meros protótipos, explicaria, também, a razão de esforços por precisão conceitual parecerem sempre insuficientes. Quanto mais tentamos nos aproximar do fenômeno por via de uma característica específica, como a incompreensibilidade da proposição por exemplo, mais a filtragem dos elementos da totalidade incompreensível faz com que o critério pareça frágil. Ao olharmos cada aspecto isoladamente, sempre poderemos compreendê-los, haja vista a já comentada dependência semântica e portanto a subjetividade do ato compreensivo. Por outro lado, conquanto possamos imaginar diferentes composições da personalidade, com variantes normais ou estranhas de cada um destes aspectos tacitamente apreendidos na relação interpessoal, seria o montante da estranheza que entenderíamos como marcador da ruptura em relação ao senso-comum. Em lugar de um mapa psicopatológico com entidades discretas,

uma perspectiva dimensional tomaria lugar, passando os variados casos a estarem mais ou menos próximos dos protótipos da normalidade, do delírio ou de outros sintomas.

Finalmente, não é à esterilidade de um relativismo semântico radical que acreditamos sermos conduzidos pelas reflexões aqui apresentadas. Ao contrário, entendemos que um dos maiores desafios que se apresentam à psicopatologia, especialmente no que se refere a noções elusivas como a de delírio ou psicose, é a confecção de modelos mais sofisticados de estudos empíricos, capazes de integrar tanto a multi-dimensionalidade dos fenômenos, quanto sua relação com os elementos

concomitantes, sejam eles manifestos ou apenas silenciosamente reconhecidos. Além disso, é a necessidade da disponibilização tanto de matrizes teóricas gerais quanto de plataformas adaptáveis aos casos individuais, bem como o mais hábil uso concomitante destas distintas ferramentas, que acreditamos ser exigido por uma atuação clínica cientificamente lúcida em psicopatologia. Em que pese este não seja empreendimento simples, ao mesmo tempo parece condição inevitável frente à complexidade do fato psicopatológico, e sem o que acreditamos que o máximo de benefício de estudos conceituais aprofundados também seria desprezado.

### Referências Bibliográficas:

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA (1994). *Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders*. 4 ed. Washington: American Psychiatric Press.
- BERRIOS, German (1991). “Delusions as Wrong Beliefs”. In: *British Journal of Psychiatry* 159 (suplemento 14): pp. 6-13.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Delusions*. In: BERRIOS, German. *The History of Mental Symptoms: Descriptive Psychopathology Since the 19<sup>th</sup> Century*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 85-139.
- \_\_\_\_\_. (1993). “Phenomenology and Psychopathology: Was There Ever a Relationship?”. In: *Comprehensive Psychiatry* 34(4): pp. 213-220.
- BLISS, Eugene (1980). “Multiple Personalities: A Report of 14 cases with Implications for Schizophrenia and Hysteria”. In: *Archives of General Psychiatry* 37 (dezembro): pp. 1388-1397.
- CHASLIN, Phillipe (1912). *Eléments de Sémiologie et Clinique Mentales*. Paris: Asselin & Houzeau apud BERRIOS, German (1991). *Delusions as Wrong Beliefs*. In.: *British Journal of Psychiatry* 159 (suplemento 14): pp. 6-13.
- DALGALARRONDO, Paulo. “O Juízo de Realidade e suas Alterações (o Delírio)”. In: *Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artmed Editora, pp. 132-141.
- DILTHEY, Wilhelm (1977a). “Ideas Concerning a Descriptive and Analytical Psychology”. In: ZANER, Richard e HEIGES, Keneth (orgs). *Descriptive Psychology and Historical Understanding*. Holanda: Ed. Martinus Nijhoff, The Hague, pp. 21-120.
- \_\_\_\_\_. (1977b). “The Understanding of Other Persons and Their Expressions of Life”. In: ZANER, Richard e HEIGES, Keneth (ogs). *Descriptive Psychology and Historical Understanding*. Holanda: Ed. Martinus Nijhoff, The Hague, pp. 121-144.
- EBMEIER, Klaus (1987). “Explaining and Understanding in Psychopathology”. In: *British Journal of Psychiatry* 151 (12): pp. 800-804.
- EISEN, Jane e RASMUSSEN, Steve (1993). “Obsessive Compulsive Disorder with Psychotic Features”. In: *Journal of Clinical Psychiatry* 54(10): pp. 373-379.

- HEINIMAA, Markus (2003). "Incomprehensibility". In: Fulford KWM et al. *Nature and Narrative*. Oxford: Oxford University Press, pp. 217-230.
- JASPERS, Karl (1968). "The Phenomenological Approach in Psychopathology". In: *British Journal of Psychiatry* 114 (nov): pp. 1313-1323. (Originalmente publicado em *Zeitschrift für die Gesamte Neurologie und Psychiatrie*, 1912).
- \_\_\_\_\_. (2000). *Psicopatologia Geral*. 8 ed. São Paulo: Editora Atheneu. (Originalmente publicado como *Allgemeine Psychopathologie*, 1913).
- KENDELL, Robert; EVERITT, Barry; COOPER, John; SARTORIUS, Norman e DAVID, ME (1968). "Reliability of the Present State Examination". In: *Social Psychiatry* 3: pp. 123-129.
- KLUFT, RP (1987). "First-Rank Symptoms as a Diagnostic Clue to Multiple Personality Disorder". In: *American Journal of Psychiatry* 144(3): pp. 293-298.
- KOZAK, Michael e FOA, Edna (1994). "Obsessions, Overvalued Ideas, and Delusions in Obsessive-Compulsive disorder". In: *Behavior Research and Therapy* 32(3): pp. 343-353.
- NOBRE de MELO, Augusto Luis. "Psicopatologia dos Delírios". In: Nobre de Melo AL. *Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979. p. 455-500.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS (1993). *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.
- RODRIGUES, Adriano (2005). "Karl Jaspers e a Abordagem Fenomenológica em Psicopatologia". In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* 8(4): pp. 754-68.
- SILVERN, Louise (1990). "A Hermeneutical Account of Clinical Psychology: Strengths and Limits". In: *Philosophy and Psychology* 3(1): pp. 5-27.
- SIMS, Andrews (1988). *Delusions and Other Erroneous Ideas*. In.: SIMS, Andrews. *Symptoms in the Mind: An Introduction to Descriptive Psychopathology*. Londres: Ballière-Tindall, pp. 82-104.
- SRAUSS, John, BARTKO, John (1973). "Applicability and Reliability of Methods". In.: WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *The International Pilot Study of Schizophrenia, Volume 1: Results of the Initial Evaluation Phase*. Genebra: World Health Organization.
- STRAUSS, John (1969). "Hallucinations and Delusions as Points on Continua Function". In: *Archives of General Psychiatry* 21: pp. 581-6.
- SPITZER, Manfred (1988). "Psychiatry, Philosophy and Description". In: SPITZER, Manfred; UEHLEIN, FA e OEPEN, G (eds.). *Psychopathology and Philosophy*. Berlim: Springer – Verlag, pp. 3-18.
- WALKER, Chris (1991). "What Did Jaspers Really Say". In: *British Journal of Psychiatry* 159 (suplemento14): pp. 94-103.
- \_\_\_\_\_. (1994a). "Karl Jaspers and Edmund Husserl — 1: The Perceived Convergence". In: *Philosophy, Psychiatry and Psychology* 1(2): pp. 117-34.
- \_\_\_\_\_. (1994b). "Karl Jaspers and Edmund Husserl — 2: The Divergence". In: *Philosophy, Psychiatry and Psychology* 1 (4): pp. 245-65.
- \_\_\_\_\_. (1995a). "Karl Jaspers and Edmund Husserl — 3: Jaspers as a Kantian Phenomenologist". In: *Philosophy, Psychiatry and Psychology*; 2(1): pp. 65-84.
- \_\_\_\_\_. (1995b). "Karl Jaspers and Edmund Husserl — 4: Phenomenology as Empathic Understanding". In: *Philosophy, Psychiatry and Psychology* 2 (3): pp. 247-66.
- WINTERS, Ken; NEALE, John (1983). "Delusions and Delusional Thinking in Psychotics: A Review of the Literature". In: *Clinical Psychology Review* 3: pp. 227-53.

## Notas

<sup>1</sup> Por ‘definições oficiais’ e pela expressão ‘oficialidade’, neste texto, deve-se entender apenas o fato de determinada definição ou categoria estar registrada nas nosografias modernas mais importantes: a CID-10 e o DSM-IV. Em que pese a grande influência destes instrumentos sobre o modo de comunicação entre clínicos e pesquisadores, bem como sua grande ascendência sobre o *mainstream* investigativo, não se trata, evidentemente, dos conceitos e categorias nelas registrados serem incontestáveis, imutáveis, consensualmente aceitos, ou que sejam assumidos como os pontos de apoio definitivos para geração de conhecimento no campo. Isto se reflete no fato de que as próprias classificações citadas não se outorgam o papel de legitimadores ou ‘oficializadores’ do conhecimento em psiquiatria, mas apenas de instrumento ou plataforma de trabalho.

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, o caso de um paciente que diz ser filho de Satanás, descendente do general romano Julio César, e que afirma que seu órgão genital é diminuto como os dos anjos. Devido sua absurdidade, e à impossibilidade de lhe oferecermos qualquer compreensão à luz dos valores e significados socialmente compartilhados, tais proposições dificilmente seriam tomadas por qualquer psiquiatra como outros fenômenos senão delírios jasperianos verdadeiros. Todavia, a dificuldade de as entendermos a partir de emoções ou idéias que conseguimos conceber, e do modo como vulgarmente as articulamos, não impede que tal caso seja dito compreensível pelo observador que emprega técnicas, referenciais, e dispositivos conceituais distintos. No caso citado, por exemplo, o fato de seu pai — que era militar — ter sido historicamente percebido pelo mesmo como uma figura despótica e intimidadora, poderia ser alegado como propiciador de compreensibilidade para suas afirmações de ser filho do demônio e descendente citado do general romano (a quem sempre se referia como uma figura histórica tirânica, tal qual fazia com seu pai). A infantilização do mesmo diante da figura paterna, e a pouca legitimidade que atribuía à sua própria masculinidade, também poderiam ser citados como elementos que ofereceriam compreensibilidade a sua crença de ter genitais minúsculos como o de anjos.

Aqui é importante, todavia, perceber a qualidade peculiar deste tipo de ‘compreensão metafórica’, e mesmo da proposição de que a literalização destas metáforas serviria como mecanismo para manter inconscientes ou não ostensivos certos sentimentos inaceitáveis contra seu pai. Além destas técnicas compreensivas não resultarem num entendimento vulgar para o caso, o que se segue não é a única formulação possível, e mais especificamente falando, geralmente não reflete o tipo de julgamento em questão quando um psiquiatra diz que uma crença ou idéia de certo paciente é incompreensível.

<sup>3</sup> Note-se, aqui, que embora apenas a psicopatologia compreensiva jasperiana seja mais consensualmente admitida como relacionada à hermenêutica de Dilthey (1977b), numerosas similaridades entre a fenomenologia do primeiro e a psicologia descritiva do último sugerem igual relação de débito (Dilthey, 1977a; Rodrigues, 2005). Ademais, em que pese o próprio Jaspers tenha enaltecido mais notoriamente a filiação husserliana da sua própria versão de fenomenologia, uma análise cuidadosa das dessemelhanças entre estas duas concepções da doutrina/método demonstra que tal vinculação é muito mais fruto de uma série de equívocos interpretativos de Jaspers sobre os trabalhos de Husserl, que de real conexão entre ambas (Walker, 1994-1995; Berrios, 1993; Spitzer, 1988).

<sup>4</sup> Observe-se que, se por um lado não há afirmações textuais de Jaspers sobre ser esta maior consensualidade semântica a razão de haver escolhido os elementos ditos ‘objetivos’ como fundamentos de seu projeto de psicopatologia, dada a assumida influência de Dilthey sobre seu trabalho, esta é no mínimo uma idéia plausível. Caso ainda se deseje, prudentemente, pôr em dúvida que as influências de Dilthey sobre sua obra também alcance este aspecto particular, propomos então que, pelo menos, este possa ser um modo de concebermos quais as condições de melhor aplicação das distinções entre o compreensível e o incompreensível.